



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

TERMO DE REFERÊNCIA

INTRODUÇÃO

O presente Termo de Referência tem por objetivo descrever os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para subsidiar o processo licitatório, demonstrando sua viabilidade e conveniência. Seu conteúdo dependerá da natureza da solução a ser licitada, sendo mais complexo e minucioso na medida em que a contratação assim exigir. Ele será elaborado com base nas informações constantes do Estudo Técnico preliminar.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de produção audiovisual de caráter institucional, jornalístico e educativo, com fornecimento de produtos e serviços sob demanda, sem alocação de mão-de-obra em regime de dedicação exclusiva, para suporte às atividades de comunicação do Crea-SP, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos:

Item	Descrição	Periodicidade	Qtd	Unidade de medida
1	Diagnóstico e avaliação	Anual	1	serviço
2	Planejamento WebTV	Anual	1	serviço
3	Revista Eletrônica audiovisual	Semanal	52	serviço
4	Entrevista em estúdio de até 30 minutos	Semanal	52	serviço
5	Transmissões "ao vivo"	Quinzenal	24	serviço
6	Programa "cases" de sucesso	Mensal	12	serviço
7	Arquivo Digital e disponibilização do material de arquivo	Mensal	12	serviço
8	Gestão técnico-operacional	Mensal	12	serviço
8.1	Equipe externa para gravações em SP (até 100km) – diária de até 6 horas (cinematista, assistente, repórter e equipamentos: câmera full HD, microfones e equipamentos de iluminação adequados para as locações indicadas.	Sob demanda	162	diária
8.2	Equipe externa para gravações fora de SP (acima de 100km) – diária de até 6 horas (cinematista, assistente, repórter e equipamentos: câmera full HD, microfones e equipamentos de iluminação adequados para as locações indicadas.	Sob demanda	108	diária

1.2. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

2. JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

O Crea-SP possui jurisdição em todo o estado de São Paulo, envolvendo centenas de milhares de profissionais e empresas registrados que utilizam prioritariamente o site e demais redes sociais do órgão como fonte de informação. O site (www.creasp.org.br) da entidade disponibiliza documentos e informações tais quais as relativas à fiscalização e ao exercício das profissões regulamentadas pelo Crea-SP, eventos e o calendário institucional, ações desenvolvidas, cursos, palestras, principais notícias afetas ao Sistema Confea/Crea, sendo uma fonte fidedigna e oficial



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

sobre todas as ações institucionais. Contudo, o conteúdo é quase que exclusivamente de textos escritos e fotos, não dinâmicos, inclusive nos campos relativos às notícias da entidade.

Tais ferramentas, utilizadas de forma exclusiva, não possuem a aptidão e capacidade de propagar o alcance necessário à comunicação das contribuições e ações realizadas por este serviço público.

É necessário esclarecer que, atualmente, o Crea-SP possui contratos nas áreas de publicidade e de comunicação corporativa, que abrangem ações diversas: campanhas publicitárias, monitoramento, análise e ações de relações públicas digitais; planejamento estratégico; assessoria de imprensa; e produção de conteúdo, entre outras atividades necessárias à comunicação institucional. Porém este conteúdo está limitado contratualmente em formatos e objetivos específicos que não suprem por completo a necessidade de comunicação exposta aqui de ampla cobertura das ações do Crea-SP, direcionada aos mais diversos públicos e disponível a qualquer tempo.

Portanto, de forma complementar aos contratos já existentes, o foco central desta pretensa contratação é prover suporte e colaborar com a manutenção de um fluxo eficaz de comunicação do Crea-SP com os profissionais registrados, com o público interno, com parceiros institucionais e com a sociedade como um todo, por meio da criação, implementação e gestão de conteúdo online, com informações audiovisuais “vivas” e dinâmicas, utilizando ferramentas e recursos digitais modernos e interativos, com linguagem jornalística audiovisual. Com isso, espera-se reforçar a presença do Crea-SP não apenas com eventos e depoimentos esporádicos, mas também com atividades de interesse institucional regular por todo o estado de São Paulo.

Desta feita, a instituição de um novo e amplo canal de comunicação do Crea-SP com a sociedade e público interno pretende garantir o alcance efetivo dessa comunicação, bem como aprimorar a transparência, ao permitir maior participação e controle de suas ações pelos profissionais e demais atores sociais, como Ministério Público Federal, Tribunal de Contas da União e demais órgãos.

Impossível olvidar que, apesar de contribuir com a defesa da sociedade através da fiscalização bem como com o desenvolvimento do aperfeiçoamento técnico e cultural dos engenheiros, dos agrônomos e tecnólogos, cuja missão finalística e legal estão previstas no artigo 24, artigo 34 e parágrafo único do artigo 36, todos da Lei nº 5.194/66; muitas vezes o Crea-SP não consegue demonstrar essa contribuição e a importância de seu papel enquanto órgão da Administração Pública e seu mister em prol da sociedade.

É necessário, portanto, que o Crea-SP demonstre que suas atividades agregam valores à Administração Pública, aos profissionais que estão sob sua égide e aos serviços prestados à sociedade. A comunicação de seus resultados deve se dar de forma tempestiva e em linguagem que permita perfeita compreensão por parte dos públicos-alvo.

A Superintendência de Comunicação - SUPCOM do Crea-SP, de forma integrada com as demais áreas afins, possui a atribuição de promover a comunicação efetiva da Autarquia, seja com o público interna ou externo, visando estimular a transparência e o aperfeiçoamento da gestão administrativa.

Para promover o conhecimento dos resultados do Crea-SP, a SUPCOM desenvolve diversos produtos para divulgação em diferentes canais (site, YouTube e outras redes sociais, publicações em periódicos, entre outros). Os produtos são elaborados a partir de diferentes fontes como cobertura de sessões do Plenário, cobertura de eventos promovidos pelo Crea-SP e de eventos externos com participação de representantes do Crea-SP, com utilização de ampla variedade de produtos audiovisuais para ilustração dos fatos e acontecimentos noticiados. Porém, atualmente o conteúdo não se encontra estruturado e disponível de forma ininterrupta e ampla, motivo pelo



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

qual necessita ser gerido, catalogado e segmentado de maneira adequada para o acesso de seus diferentes públicos-alvo.

Posto isto, o aperfeiçoamento da comunicação do Crea-SP perante a sociedade, visando ao desenvolvimento institucional, por meio de canais que favoreçam a propagação e alcance tempestivo e a compreensão dos públicos-alvo, é um dos objetivos almejados com a presente contratação.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. Prestação de serviços continuados de produção audiovisual de caráter institucional, jornalístico e educativo, com fornecimento de produtos e serviços sob demanda, sem alocação de mão-de-obra em regime de dedicação exclusiva, para suporte às atividades de comunicação do Crea-SP.

4. DETALHAMENTO E ESPECIFICAÇÕES

4.1. Especificações Técnicas

4.1.1. CARACTERÍSTICAS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS

4.1.1.1. Diagnóstico e avaliação

Descrição: Diagnóstico das atividades e produtos de Comunicação Institucional, bem como avaliação das condições e recursos operacionais disponíveis no Crea-SP; realização de entrevistas com dirigentes/lideranças do Crea-SP, inclusive regionais, para conhecer suas expectativas e percepções e, assim, balizar o planejamento da WebTV Crea-SP.

Periodicidade: Anual.

Entregas:

- Arquivo texto com informações identificadas, diagnóstico e respectivas recomendações.

Aspectos a serem considerados na avaliação da atividade:

- Cumprimento do prazo.
- Abrangência e qualidade do diagnóstico.
- Consistência e aplicabilidade das recomendações.
- Aderência às diretrizes de comunicação do Conselho.

Prazo de entrega: 15 (quinze) dias.

Quantitativo: 1 (um).

4.1.1.2. Planejamento WebTV

Descrição: Planejamento e implantação da WEBTV do Crea-SP, com programas transmitidos ao vivo ou pré-gravados, sobre temas e eventos indicados pela gerência de comunicação da entidade, para serem utilizados inclusive nas demais plataformas de difusão já existentes, acompanhando uma tendência mundial de utilização de produtos



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

audiovisuais de curta duração, com o objetivo de tornar mais interessante a experiência de acesso às informações pelo site da entidade.

Entregas:

- Arquivo texto contendo o Planejamento de Conteúdo, com detalhamento das diretrizes editoriais e orientações para a produção de conteúdo das propriedades digitais do Conselho;
- Arquivo de apresentação gráfica com o resumo das diretrizes e orientações.

Aspectos a serem considerados na avaliação da atividade:

- Cumprimento do prazo.
- Abrangência, consistência e aplicabilidade do planejamento editorial proposto.
- Aderência às diretrizes de comunicação do Conselho.

Prazo de entrega: 30 (trinta) dias.

Quantitativo: 1 (um).

4.1.1.3. Revista Eletrônica

Descrição: Programa semanal no formato de Revista Eletrônica, com gravações em estúdio e externa, com duração média de 45 (quarenta e cinco) minutos, sobre temas de interesse institucional ou de eventos, a serem produzidas na cidade de São Paulo ou em outro local do estado. Inclui: planejamento e roteirização; apuração de pauta; produção de matérias jornalísticas; notas cobertas; notas simples; áudio-tapes; chamadas; entrevistas em estúdio; externas em São Paulo capital ou fora; videografismos ou animações gráficas (até 3 minutos); locuções; trilha sonora pesquisada para matérias; e outros formatos de uso comum em telejornalismo).

Entregas:

Arquivo de texto contendo o roteiro aprovado pelo Crea-SP, arquivo de vídeo em alta resolução (HD) para uso em TV e internet, cópia dos direitos autorais e de uso de imagem cedidos sempre que necessário.

Aspectos a serem considerados na avaliação da atividade:

- Cumprimento do prazo.
- Qualidade técnica e editorial do material em relação à pauta planejada e aos roteiros aprovados.
- Aderência do projeto às diretrizes de comunicação do Crea-SP.
- Utilização das fontes e insumos fornecidos pelo Crea-SP.
- Tempestividade no atendimento e nas respostas às necessidades e/ou problemática apresentada pelo Crea-SP.
- Utilização de fontes confiáveis.

Prazo de entrega: semanal.

Quantitativo: 52 (cinquenta e dois) programas.

4.1.1.4. Programa de entrevistas em estúdio

Descrição: Programa semanal de entrevistas, gravado em estúdio, na cidade de São



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

Paulo, com duração de 30 (trinta) minutos. As entrevistas serão realizadas com dirigentes do Crea-SP, inclusive regionais, convidados e especialistas, sobre temas de interesse na áreas fiscalizadas pelo Crea-SP ou que possuam correlação. Inclui: planejamento e roteirização; apuração de pauta; produção de matérias jornalísticas; notas cobertas; notas simples; áudio-tapes; chamadas; entrevistas em estúdio; videografismos ou animações gráficas (até 3 minutos); locuções; trilha sonora pesquisada para matérias; e outros formatos de uso comum em telejornalismo).

Entregas: Arquivo de texto contendo o planejamento e roteiro aprovado pelo Crea-SP, arquivo de vídeo em alta resolução (HD) para uso em TV e internet, cópia dos direitos autorais e de uso de imagem cedidos sempre que necessário.

Aspectos a serem considerados na avaliação da atividade:

- Cumprimento do prazo.
- Qualidade técnica e editorial do material em relação à pauta planejada e aos roteiros aprovados.
- Utilização das fontes e insumos fornecidos pelo Crea-SP.
- Aderência do projeto às diretrizes de comunicação do Crea-SP.

Prazo de entrega: semanal.

Quantitativo: 52 (cinquenta e dois) programas.

4.1.1.5. Transmissões ao vivo

Descrição: Transmissão ao vivo pela WebTV Crea-SP de reuniões e debates sobre temas de interesse institucional do Crea-SP na cidade de São Paulo ou fora dela, por ventura venham a ser realizadas fora da capital, com duração média de 4 (quatro) horas. Inclui: planejamento e roteirização; apuração de pauta; notas cobertas; notas simples; áudio-tapes; chamadas; entrevistas em estúdio; videografismos ou animações gráficas (até 3 minutos); locuções; trilha sonora; e outros formatos de uso comum em telejornalismo).

Entregas: Arquivo de vídeo gravado com imagens e áudio captados, sem edição ou cortes, e relatório de atividades realizadas para a viabilização da transmissão.

Aspectos a serem considerados na avaliação da atividade:

- Cumprimento do prazo.
- Qualidade técnica da transmissão e do vídeo gravado.

Prazo de entrega: quinzenal.

Quantitativo: 24 (vinte e quatro) programas.

4.1.1.6. Programa “cases de sucesso”

Descrição: Programa sobre casos reais de ações do Crea-SP, em todo o estado de São Paulo, realizado com reportagens, depoimentos e entrevistas em externa ou estúdio, com duração média de 15 (quinze) minutos. Inclui: planejamento e roteirização; apuração de pauta; produção de matérias jornalísticas; notas cobertas; notas simples; áudio-tapes; chamadas; entrevistas em estúdio; videografismos ou animações gráficas (até 3 minutos); locuções; trilha sonora pesquisada para matérias; e outros formatos de uso comum em telejornalismo).



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

Entregas: Arquivo de texto contendo o planejamento e roteiro aprovado pelo Crea-SP, arquivo de vídeo em alta resolução (HD) para uso em TV e internet, cópia dos direitos autorais e de uso de imagem cedidos sempre que necessário.

Aspectos a serem considerados na avaliação da atividade:

- Cumprimento do prazo.
- Qualidade técnica e editorial do material em relação à pauta planejada e aos roteiros aprovados.
- Utilização das fontes e insumos fornecidos pelo Crea-SP.
- Aderência do projeto às diretrizes de comunicação do Crea-SP.

Prazo de entrega: mensal.

Quantitativo: 12 (doze) programas.

4.1.1.7. Arquivo digital

Descrição: Arquivamento digital de toda a produção realizada e fornecimento de todo o material para outras plataformas de difusão, nos formatos adequados a cada plataforma. Todo o material bruto gravado será arquivado digitalmente na íntegra, de forma organizada, e deverá ser transferido à propriedade e posse do Crea-SP. Além disso, todo o material e arquivo pré-existente, como reuniões, palestras, entrevistas, será organizado e disponibilizado.

Entregas: Arquivamento digital propriamente dito e relatório mensal, em arquivo texto, contendo toda a movimentação (inclusões, exclusões, consultas, *downloads*).

Aspectos a serem considerados na avaliação da atividade: Não se aplica.

Prazo de entrega: mensal.

Quantitativo: 12 (doze) pacotes de arquivos.

4.1.1.8. Gestão técnico-operacional

Descrição: Gerenciamento de todo o processo de produção e programação da WebTV Crea-SP, incluindo organização dos produtos oferecidos, de produção própria ou de terceiros; com disponibilização constante de equipe especializada para consultoria e acompanhamento das atividades junto aos setores responsáveis do Crea-SP, e para definição de pautas e logística de pré-produção, gravação e pós-produção; bem como o gerenciamento operacional e técnico dos profissionais e equipamentos exclusivamente dedicados a essas finalidades; e gerenciamento de produções audiovisuais de terceiros a serem utilizadas na WebTV Crea-SP.

Entregas: Relatório, em versão impressa e digital, contendo a descrição dos serviços, análises e ações realizadas durante o atendimento.

Aspectos a serem considerados na avaliação da atividade:

- Cumprimento dos prazos.
- Clareza e qualidade das análises.
- Consistência das ações realizadas.
- Tempestividade no atendimento.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

Prazo de entrega: mensal.

Quantitativo: 12 (doze) relatórios.

4.1.1.9. Equipe externa para gravação, Diárias e Deslocamentos

4.1.1.9.1. Para a execução dos serviços objeto desta contratação, estão previstos também a contra tação de:

4.1.1.9.2. Equipe externa para gravações em SP (até 100km): diária de até 6 horas para equipe formada de, no mínimo, cinegrafista, assistente e repórter; e dos equipamentos: câmrera full HD, microfones e equipamentos de iluminação adequados para as locações indicadas.

4.1.1.9.3. Equipe externa para gravações fora de SP (acima de 100km): diária de até 6 horas para equipe formada de, no mínimo, cinegrafista, assistente e repórter; e dos equipamentos: câmrera full HD, microfones e equipamentos de iluminação adequados para as locações indicadas.

4.1.1.9.3.1. A CONTRATANTE realizará o ressarcimento de despesas com deslocamento para o desenvolvimento das atividades previstas no item 7.1.1.10.3, em município com distância superior à 100km da capital, mediante prestação de contas.

4.1.1.10. De acordo com o diagnostico e avaliação, bem como planejamento, os nomes e características dos programas e produções acima previstos poderão ter sua nomenclatura alterados, mantendo-se, todavia, as características técnicas da atividade, tal como local de prestação dos serviços, duração e serviços complementares fornecidos.

4.1.1.11. Disposições gerais:

4.1.1.11.1. A CONTRATADA será responsável pelo planejamento e roteirização de cada projeto, bem como pelos elementos necessários à sua implementação, como criação de cenário, trilha sonora e identidade visual, incluindo vinhetas, caracteres e prisma para microfone com logomarca do Crea-SP.

4.1.1.11.2. A elaboração da identidade visual, bem como a execução de todos os videografismos, animações gráficas e quaisquer outros elementos visuais que constem nos vídeos devem possuir alto nível de qualidade técnica e estética.

4.1.1.11.3. Para a produção de cada projeto, a CONTRATADA deverá utilizar imagens de arquivos ou de bancos de imagens, realizar gravação com atores ou produzir imagens de acordo com o tema proposto no roteiro.

4.1.1.11.4. O custo deve prever roteirização, produção, diretor, repórter, equipe técnica, equipamentos, pós-produção (arte, edição, sonorização, legendagem), locução e trilha comprada ou composta. Os custos da gravação com atores, se for o caso, bem como de uso ou produção de imagens também devem estar incluídos no custo do produto.

4.1.2. DIREITOS AUTORAIS

4.1.2.1. A CONTRATADA, na forma do artigo 49 da Lei nº 9.610/1998 e do artigo 80 da Lei nº 13.303/2016, cede ao Crea-SP a totalidade dos direitos autorais dos produtos



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

resultantes da prestação dos serviços objeto da contratação, sem qualquer remuneração adicional, de forma exclusiva, plena, definitiva e permanente, em caráter irrevogável e irretratável, para toda e qualquer utilização, disposição e fruição, para qualquer finalidade e por qualquer meio, a qualquer tempo e em qualquer lugar, e para qualquer forma de arquivamento.

- 4.1.2.2.** A CONTRATADA é exclusiva e pessoalmente responsável pela originalidade de tais produtos, declarando ser o autor e/ou titular dos direitos autorais cedidos, obrigando-se a indenizar o Crea-SP pelas perdas e danos que vier a sofrer em caso de contestação.
- 4.1.2.3.** É proibida a utilização ou transferência a terceiros sem a expressa autorização da CONTRATANTE de todo material audiovisual, finalizado ou não, produzido no âmbito do contrato.

4.2. Natureza do Serviço

- 4.2.1.** Trata-se de serviço comum, de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado, salvo melhor juízo, mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.
- 4.2.2.** Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 4.2.3.** A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.3. Critérios de Sustentabilidade

- 4.3.1.** A empresa contratada deverá adotar na execução dos serviços, quando couber, as práticas de sustentabilidade em conformidade com o Art. 5º da Instrução Normativa nº 01/2010 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG.

4.4. Prazo de Execução

- 4.4.1.** O prazo de execução do contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme disposto no Inciso II do Art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

4.5. Transição Contratual

- 4.5.1.** Não há necessidade de promover transição contratual ou a transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

5. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

- 5.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 5.2.** Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

- 5.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 5.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 5.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 5.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
 - 5.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
 - 5.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
 - 5.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
 - 5.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 5.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 5.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 5.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 5.10. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 5.11. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

6. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 6.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

- 6.2.** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 6.3.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 6.4.** Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 6.5.** Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 6.6.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal/Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 6.7.** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 6.8.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 6.9.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 6.10.** Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 6.11.** Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 6.12.** Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 6.13.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

- 6.14.** Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 6.15.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 6.16.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 6.17.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 6.18.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 6.19.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 6.20.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 6.21.** Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 6.22.** Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 6.22.1.** O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 6.22.2.** Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

7. DEVERES E RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS

- 7.1.** Não se aplica.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

8.1. Rotinas de Execução

8.1.1. EXECUÇÃO DO OBJETO E ACOMPANHAMENTO DE SERVIÇOS

- 8.1.1.1.** A execução de cada projeto será precedida de reuniões de pauta ou *briefing* com a Superintendência de Comunicação – SUPCOM para a análise e discussão das pautas previamente selecionadas. As reuniões de pauta devem acontecer nas dependências do Crea-SP, de acordo com a conveniência e disponibilidade, e devem tratar especialmente das seguintes definições: escolha do tema, objetivos de comunicação, público-alvo, formato, linguagem, estilo e duração do conteúdo audiovisual, bem como meio de veiculação.
- 8.1.1.2.** Os serviços sob demanda serão solicitados à contratada, por escrito, mediante Ordem de Serviço emitida pela Superintendência de Comunicação – SUPCOM, podendo ser encaminhada via e-mail ou outro meio de comunicação.
- 8.1.1.3.** A comunicação para a execução e acompanhamento dos serviços será realizada prioritariamente por meio de reuniões conjuntas.
- 8.1.1.4.** Caberá à CONTRATADA a apuração jornalística de pautas relativas às atividades realizadas pelo Crea-SP, ou outros assuntos de interesse institucional determinados pelo Conselho, a roteirização da matéria seguindo padrões adequados de linguagem jornalística, a captação de imagens, a utilização de imagens próprias ou de bancos de imagens, a gravação de entrevistas com fontes internas e externas ao Conselho, a elaboração de textos para *offs* e passagem, a indicação e transcrição de sonoras captadas sobre o assunto, a indicação de artes para ilustração de informações do VT e o envio do roteiro para aprovação pela SUPCOM.
- 8.1.1.5.** Os vídeos deverão ser entregues em formato apropriado para publicação no canal WebTV Crea-SP, devendo ser compatível para o *upload* em sites da internet como o YouTube, redes sociais, TV, envio por meio de aplicativos de mensagens instantâneas para smartphones, conforme especificado na ordem de serviço.
- 8.1.1.6.** Os serviços sob demanda deverão ser executados conforme requisitos e prazos previstos nas Especificações Técnicas.
- 8.1.1.7.** A CONTRATADA será responsável pela obtenção de autorização para gravação nas locações escolhidas e também das autorizações para utilização pelo Crea-SP de nome, imagem e voz, captados por qualquer meio de filmagem, fotografia e/ou gravação de áudio, que serão utilizadas na produção do conteúdo audiovisual objeto da contratação, se responsabilizando integralmente perante os titulares e terceiros, em todas as esferas, inclusive judicial.
- 8.1.1.8.** A execução de todos os serviços de produção será de responsabilidade da CONTRATADA que deverá zelar pela máxima qualidade na captura de áudios, imagens fotográficas e em vídeo, dentro do padrão exigido pelo mercado e, ainda, em conformidade com o briefing, “roteiro” e/ou storyboard aprovados pela CONTRATANTE.
- 8.1.1.9.** As tarefas decorrentes das atividades de produção serão realizadas de segunda a sexta-feira, em horários compreendidos entre 8h e 19h, exceto situações especiais previamente informadas.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

8.1.1.10. Para a execução, a contratada deve obrigatoriamente possuir, além de estrutura administrativa habilitada, quantitativo suficiente de profissionais que deverão estar disponíveis para a execução dos produtos e serviços, objeto da contratação, e que poderão ser alocados nas dependências do CONTRATANTE, de forma a atender as demandas com a qualidade e os prazos exigidos, na prestação dos produtos e serviços contratados.

8.1.1.10.1. A execução pela contratada de produtos e serviços nas dependências do CONTRATANTE resulta da necessidade de maior proximidade entre as equipes e de um atendimento contínuo não passível de ser prestado à distância pela contratada.

8.1.1.10.2. O CONTRATANTE proverá somente a infraestrutura básica administrativa para permitir a prestação dos produtos e serviços que serão executados em suas dependências, quanto ao espaço físico e mobiliário, ficando sob a responsabilidade da CONTRATADA todo e qualquer equipamentos técnicos referentes à produção dos serviços contratados.

8.1.1.10.3. Será de responsabilidade da CONTRATADA prover aos profissionais envolvidos na execução contratual, dentro e fora de suas dependências, a infraestrutura necessária de equipamentos e suprimentos, constituída de acesso à Internet, microcomputadores, softwares, equipamento de videoconferência, ferramentas tecnológicas e demais recursos, de forma a garantir a perfeita execução contratual.

8.1.1.11. O perfil dos profissionais que desempenharão os serviços deverá ser de técnicos especializados, com a qualificação adequada para cada atividade ou tarefa.

8.1.2. RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE DESLOCAMENTO PARA ATIVIDADES DESENVOLVIDAS ACIMA DE 100KM DE DISTÂNCIA DA CAPITAL

8.1.2.1. Deslocamento dentro do estado de São Paulo:

8.1.2.1.1. A CONTRATANTE realizará o ressarcimento de despesas com deslocamento referentes à **quilometragem percorrida** para o desenvolvimento das atividades previstas no item 7.1.1.10.3, em município com distância superior à 100km da capital, mediante prestação de contas, e de acordo com a legislação vigente no âmbito do Crea-SP.

8.1.2.2. Deslocamento fora do estado de São Paulo:

8.1.2.2.1. Em caso de deslocamento fora do estado de São Paulo, a CONTRATANTE providenciará aquisição de passagens aéreas em conformidade com as instruções vigentes adotadas e de acordo com a legislação vigente no âmbito do Crea-SP, por meio de contrato próprio.

8.1.2.2.1.1. Não havendo disponibilidade da CONTRATANTE para realizar a aquisição das passagens, as despesas com passagens aéreas serão reembolsadas pelo CONTRATANTE no valor efetivamente desembolsado pela contratada, com base em 03 (três) orçamentos, com escolha do menor preço ou da melhor relação custo/benefício.

8.1.2.2.1.2. Fica definida a utilização de classe econômica para qualquer profissional nos trechos nacionais, desde que devidamente autorizadas.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

8.1.2.3. Todo deslocamento vinculado a ações relacionadas à execução contratual deverá estar previsto em Ordem de Serviço devidamente autorizada pela CONTRATANTE.

8.1.2.4. Para autorização das despesas, deverão constar na Ordem de Serviço as seguintes informações:

- a) nome do projeto;
- b) identificação da equipe profissional;
- c) endereço do evento;
- d) finalidade da viagem;
- e) datas de início e do término da viagem;
- f) preço estimado das passagens ou quantidade de quilometragem ida/volta prevista.

8.1.2.5. A prestação de contas dos deslocamentos de profissionais a serviço deverá ser feita por meio de relatório de viagem a ser apresentado pela contratada ao CONTRATANTE.

8.1.2.5.1. O relatório de viagem deverá ser apresentado em português, com a caracterização de “reembolso” dos valores em reais, devidamente assinado pelo representante da empresa (identificado pelo nome e cargo), acompanhado dos seguintes documentos, sempre que for o caso:

- a) cotações de preços de passagens para o trecho solicitado;
- b) comprovação de compra da passagem de menor preço;
- c) comprovantes de embarque.

8.1.2.6. Serão considerados para fins de reembolso de despesas, os deslocamentos de profissionais a serviço, realizados fora da cidade sede do CONTRATANTE e fora da base da contratada.

8.1.3. RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

8.1.3.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo do objeto contratual, nos termos abaixo.

8.1.3.2. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

8.1.3.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

8.1.3.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

- 8.1.3.3.1.1.** Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 8.1.3.3.1.2.** A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 8.1.3.3.1.3.** O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 8.1.3.3.2.** No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.
- 8.1.3.3.2.1.** Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 8.1.3.3.2.2.** Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 8.1.3.3.2.2.1.** Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.
- 8.1.3.4.** No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:
- 8.1.3.4.1.** Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 8.1.3.4.2.** Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 8.1.3.4.3.** Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Índice de Medição de Resultado (IMR).
- 8.1.3.5.** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

8.1.3.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

8.2. Quantidade Mínima de Bens ou Serviços para Comparação e Controle

8.2.1. Não se aplica para a presente contratação.

8.3. Mecanismos Formais de Comunicação entre a Contratada e a Administração

8.3.1. Serão utilizados os seguintes canais de comunicação e acompanhamento da execução do contrato:

8.3.1.1. Correio eletrônico (e-mail);

8.3.1.2. Ofício;

8.3.1.3. Pedido de Compras/Ordem de Serviços; e

8.3.1.4. Atas de reuniões redigidas pela Fiscal Administrativo e validada pelo Gestor do Contrato, Fiscal Técnico e Preposto da EMPRESA REGISTRADA.

8.3.2. Toda a comunicação referente à prestação de serviço deverá ser encaminhada para os endereços de e-mail do gestor, fiscal técnico e fiscal administrativo, que serão informados à CONTRATADA após a assinatura de contrato.

8.4. Forma de Pagamento em Função dos Resultados

8.4.1. Pagamento

8.4.1.1. Os pagamentos à contratada serão realizados pelos valores decorrentes de:

- a) prestação efetivamente realizada de Produtos e Serviços;
- b) reembolso de despesas com deslocamentos de profissionais a serviço.

8.4.1.2. Para pagamento e remuneração pela execução dos produtos e serviços previamente autorizados pelo CONTRATANTE, a contratada deverá apresentar os seguintes documentos:

8.4.1.2.1. Nota fiscal ou fatura emitida, sem rasura, em letra legível, em nome e CNPJ do CONTRATANTE, da qual constará o número do contrato, descrição dos produtos e serviços executados, número da respectiva Ordem de Serviço e as informações para crédito em conta corrente (nome e número do banco, nome e número da agência e número da conta);

8.4.1.2.2. Documentos de comprovação da execução dos produtos e serviços.

8.4.1.2.3. Para o reembolso das despesas com deslocamentos referentes ao item **4.1.1.9.3. Equipe externa para gravações fora de SP (acima de 100km)**, a CONTRATADA deverá apresentar também prestação de contas por meio de Relatório de Viagem.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

- 8.4.1.3.** A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.
- 8.4.1.4.** Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.
- 8.4.1.5.** O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.
- 8.4.1.5.1.** Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 8.4.1.6.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 8.4.1.6.1.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 8.4.1.7.** O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 8.4.1.7.1.** o prazo de validade;
- 8.4.1.7.2.** a data da emissão;
- 8.4.1.7.3.** os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.4.1.7.4.** o período de prestação dos serviços;
- 8.4.1.7.5.** o valor a pagar; e
- 8.4.1.7.6.** eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 8.4.1.8.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
- 8.4.1.9.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 8.4.1.10.** Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 8.4.1.11.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

8.4.1.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.4.1.13. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

8.4.1.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.4.1.14.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

8.4.1.15. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

8.4.1.16. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

8.4.1.17. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

8.4.1.18. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

I = 0,00016438

TX = Percentual da taxa anual = 6%

8.4.2. Reajuste

8.4.2.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

8.4.2.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

8.4.2.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4.2.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

8.4.2.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

8.4.2.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.4.2.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.4.2.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

9.1. Critério de Aceitação – Índice de Medição de Resultado

Indicador 1	
Indicador de Qualidade	Prestação de serviço de acordo com as especificações contratadas
Meta	100% de prestação de serviço conforme demanda do Crea-SP
Forma de Cálculo	Total de serviço aceito / Total de serviço solicitado
Ferramentas	Ordem de Serviços e Relatório de Recebimento Provisório
Periodicidade Aferição	Mensal



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

Indicador 2	
Indicador de Qualidade	Cumprimento de prazo de realização dos serviços
Meta	100% de realização dos serviços dentro dos prazos estabelecidos
Forma de Cálculo	Total de serviço realizados dentro do prazo / Total de serviço solicitado
Ferramentas	Ordem de Serviço e Relatório de Recebimento Provisório
Periodicidade Aferição	Mensal

9.2. Metodologia/Formas de Avaliação da Qualidade e Adequação da Solução às Especificações Funcionais e Tecnológicas

- 9.2.1.** O Crea-SP pagará somente pelos serviços efetivamente prestados.
- 9.2.2.** A avaliação da execução do objeto utilizará Índice de Medição de Resultado (IMR) disposto no Item 9.1 deste instrumento, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:
- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
 - b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada”.
- 9.2.2.1.** A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 9.2.3.** A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:
- 9.2.3.1.** A análise dos referidos itens será realizada quando do Recebimento Provisório e do Recebimento Definitivo;
 - 9.2.3.2.** Caso a CONTRATADA atinja todas as metas indicadas no IMR, não serão efetuados nenhum tipo de desconto/glosa sobre o valor devido pelos serviços;
 - 9.2.3.3.** Caso constatado o não cumprimento de alguma das metas, deverá ser calculado pelo Crea-SP o valor a ser glosado, sendo este informado à CONTRATADA para a emissão da Nota Fiscal já com o valor corrigido;
 - 9.2.3.4.** Os resultados dos IMR deverão constar nos respectivos Termos de Recebimento Definitivo;
 - 9.2.3.5.** O valor a ser glosado será calculado tendo como base o percentual atingido pela CONTRATADA no respectivo indicador. Ou seja, se a CONTRATADA atingir 80%, será glosado 20% dos valores dos serviços prestados.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

9.2.4. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

9.2.4.1. não produziu os resultados acordados;

9.2.4.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

9.2.4.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

10. PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

10.1. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.2. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

10.3. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

10.6. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.

10.7. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

10.8. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

10.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

- 10.10.** A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 10.11.** Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.
- 10.12.** O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 10.13.** As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.
- 10.14.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11. BENS E SERVIÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	Periodicidade	QTD	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL - ANUAL (R\$)
1	Diagnóstico e avaliação	Anual	1	serviço	R\$ 112.500,00	R\$ 112.500,00
2	Planejamento WebTV	Anual	1	serviço	R\$ 58.750,00	R\$ 58.750,00
3	Revista Eletrônica audiovisual	Semanal	52	serviço	R\$ 17.250,00	R\$ 897.000,00
4	Entrevista em estúdio de até 30 minutos	Semanal	52	serviço	R\$ 9.500,00	R\$ 494.000,00
5	Transmissões "ao vivo"	Quinzenal	24	serviço	R\$ 7.850,00	R\$ 188.400,00
6	Programa "cases" de sucesso	Mensal	12	serviço	R\$ 25.000,00	R\$ 300.000,00
7	Arquivo Digital e disponibilização do material de arquivo	Mensal	12	mês	R\$ 9.800,00	R\$ 117.600,00
8	Gestão técnico-operacional	Mensal	12	mês	R\$ 45.000,00	R\$ 540.000,00
8.1	Equipe externa para gravações em SP (até 100km) – diária de até 6 horas (cinematista, assistente, repórter e equipamentos: câmera full HD, microfones e equipamentos de iluminação adequados para as locações indicadas.	Sob demanda	162	diária	R\$ 3.500,00	R\$ 567.000,00
8.2	Equipe externa para gravações fora de SP (acima de 100km) – diária de até 6 horas (cinematista, assistente, repórter e equipamentos: câmera full HD, microfones e equipamentos de iluminação adequados para as locações indicadas.	Sob demanda	108	diária	R\$ 9.120,00	R\$ 984.960,00
VALOR TOTAL (R\$)						R\$ 4.260.210,00



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

12. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Para atingir os objetivos estratégicos do Crea-SP, é necessária a produção constante de programas semanais e mensais, de forma a criar um público regular no recebimento e visualização dos produtos audiovisuais relacionados ao Crea-SP.

A cada semana, o Crea-SP realiza uma imensa quantidade de atividades e eventos de cunho institucional e técnico que ocorrem em todo o estado de São Paulo, o que justifica a produção de revistas eletrônicas audiovisuais semanais, de caráter recorrente.

Igualmente, a produção de programas de entrevistas em estúdio semanalmente justifica-se porque toda a área de atuação do Crea-SP gera fatos de grande interesse para a sociedade, de modo que programas semanais são necessários para que seja possível abordar temas emergentes e impactantes, com a perspectiva dos especialistas da área de engenharia e de forma contemporânea a eventos que ocorram durante a vigência contratual, tal qual podemos citar a ocorrência do acidente da obra do Metrô de SP (<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/02/01/veja-cronologia-do-acidente-em-obra-do-metro-que-abriu-cratera-na-marginal-tiete-em-sp.ghtml>), a demolição irregular de caixa d'água em Diadema/SP (<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/sp1/video/demolicao-de-caixa-dagua-que-desabou-em-diadema-na-grande-sp-e-interrompida-8848533.ghtml>), entre outros.

Os demais produtos terão frequência mensal, por serem mais elaborados, no formato de documentários, e transmissões de eventos ao vivo.

O arquivamento digital em plataformas digitais deve ser constante e sua atualização mensal é indispensável para permitir o armazenamento, acesso e distribuição de toda a produção *on demand*.

Desta forma, tem-se o seguinte dimensionamento das quantidades:

- I. **Diagnóstico e avaliação:** Produto único.
- II. **Planejamento WebTV:** Produto único.
- III. **Revista Eletrônica audiovisual:** Produto sob demanda, de caráter semanal (52 semanas = 1 ano): 52 produtos.
- IV. **Entrevista em estúdio de até 30 minutos:** Produto sob demanda, de caráter semanal (52 semanas = 1 ano): 52 produtos.
- V. **Transmissões “ao vivo”:** as transmissões ao vivo serão realizadas, prioritariamente, para as sessões institucionais do Crea-SP como Plenárias, reuniões de Câmara e outros eventos desta natureza. As sessões plenárias ocorrem ordinariamente 1 vez por mês, assim como as Câmaras. Desta forma, o produto foi dimensionado, sob demanda, para abranger 2 (duas) ocasiões desta natureza por mês, totalizando 24.
- VI. **Programa “cases” de sucesso:** o produto terá periodicidade de 01 vez ao mês, sendo 12 ao ano.
- VII. **Arquivo Digital e disponibilização do material de arquivo:** a edição, curadoria e tratamento dos produtos desenvolvidos será feita mensalmente, sendo, ao total



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

12 ao ano.

VIII. Gestão técnico-operacional: trata-se de recursos humanos e materiais indispensáveis à produção e prestação dos serviços, sendo necessário durante a vigência contratual; portanto, será um serviço mensal.

IX. Equipes de gravação externa: para o dimensionamento das equipes de gravação é necessário levantar a quantidade de atividades realizadas rotineiramente no Crea-SP, das quais podemos destacar:

- **Plenárias:** 1 por mês = 12 ao ano;
- **Câmaras:** 1 por mês sendo 8 Câmaras = 96 por ano;
- **Comissão Auxiliar de Fiscalização – CAF:** 1 por mês, sendo 1 em cada UGI e UOP (36 UGIs + 116 UOPs) = 152 ao mês = 1.824 ao ano;
- **Eventos diversos com autoridades do Sistema:** 04 (aprox. 04 por semana x 52 semanas) = 208 ao ano;
- **Plenária do Confea:** 3 dias por mês = 36 dias ao ano;
- **Colégio de Presidentes:** 6 ao ano.

IX.I. Assim, teríamos ao total 2.182 eventos elegíveis que possam ser cobertos para a realização do projeto. Todavia, considerando o dimensionamento, prioridade insitucional e relevância de tais realizações, pondera-se pela contratação de aproximadamente 10% deste volume, a ser dividido da seguinte maneira:

IX.I.I Equipe externa para gravações em SP (até 100km) – diária de até 6 horas (cinegrafista, assistente, repórter e equipamentos: câmera full HD, microfones e equipamentos de iluminação adequados para as locações indicadas: 162 diárias.

IX.I.II. Equipe externa para gravações fora de SP (acima de 100km) – diária de até 6 horas (cinegrafista, assistente, repórter e equipamentos: câmera full HD, microfones e equipamentos de iluminação adequados para as locações indicadas: 108 diárias.

I.X.I.III.I. O ressarcimento a título de quilometragem, para atividades desenvolvidas acima de 100km da capital será feita segundo valores de instrução de ressarcimento vigente.

13. PLANILHA PARA COTAÇÃO DE PREÇO

Item	DESCRIÇÃO	Periodic.	Qtd	Unid.	Valor Unit. (R\$)	Valor Total Anual (R\$)
1	Diagnóstico e avaliação	Anual	1	serviço		
2	Planejamento WebTV	Anual	1	serviço		
3	Revista Eletrônica audiovisual	Semanal	52	semana		
4	Entrevista em estúdio de até 30 minutos	Semanal	52	semana		
5	Transmissões “ao vivo”	Quinzenal	24	quinzena		
6	Programa “cases” de sucesso	Mensal	12	mês		



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

7	Arquivo Digital e disponibilização do material de arquivo	Mensal	12	mês		
8	Gestão técnico-operacional	Mensal	12	mês		
8.1	Equipe externa para gravações em SP (até 100km)	Sob demanda	162	diária		
8.2	Equipe externa para gravações fora de SP (acima de 100km)	Sob demanda	108	diária		
VALOR TOTAL (R\$)						

14. FONTE DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1. As despesas para atender a esta contratação estão programadas em dotação orçamentária da GERENCIA DE COMUNICACAO ESTRATEGICA - GCE, Centro de custo: 08.02.03.02, previstas no orçamento do CREA-SP para o exercício de 2022, na conta orçamentária nº 6.2.2.1.1.01.04.09.018 - Serviço de Divulgação Institucional – PJ.

15. LOCAIS DE ENTREGA

15.1. Os serviços e itens entregáveis que estão previstos no item 4.1.1. CARACTERÍSTICAS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS deste Termo de Referência deverão ser entregues à Gerência de Comunicação Estratégica, localizada na Sede Faria Lima, no endereço Av. Brigadeiro Faria Lima, 1059 – Sobreloja – São Paulo/SP.

16. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

REGIME DE EXECUÇÃO	() Empreitada	() Preço Global	(x) Preço Unitário
ADJUDICAÇÃO DO OBJETO	(x) Global	() Por Lote	() Por Item

16.1. Qualificação Técnica

16.1.1. Com o objetivo de garantir a capacidade técnica dos licitantes e a qualidade da prestação de serviços, tantos em seus aspectos tecno-operacionais, como do conteúdo informativo, faz-se necessária a exigência de atestados de capacidade técnica dos licitantes, da experiência profissional da equipe indicada, e de portfólio contendo amostras de trabalhos já produzidos e veiculados, com as seguintes características:

16.1.1.1. Atestado(s) de capacidade técnica

16.1.1.1.1. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 3 (três) anos na prestação dos serviços objeto deste instrumento, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de período ininterrupto, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

16.1.1.1.2. Para comprovação dos atestados, poderá ser solicitado cópia dos contratos



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

pertinentes ao serviço indicado nos atestados.

16.1.1.2. Amostra (Portfólio):

16.1.1.2.1. A licitante declarada provisoriamente vencedora deverá apresentar, no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da declaração de vencedora pelo Pregoeiro, portfólio contendo amostras de trabalhos realizados.

16.1.1.2.2. O portfólio deverá ser composto de produções audiovisuais com qualidade broadcasting de cunho jornalístico, ou documental, acompanhadas de seus respectivos roteiros e indicação do veículo ou plataforma de veiculação ou divulgação, contendo, obrigatoriamente:

- a) Produção de 3 matérias jornalísticas, com gravações em externa com, no mínimo, 3 (três) minutos de duração, com documentos que comprovem o vínculo dos profissionais da CONTRATADA envolvidos na produção;
- b) Produção de um programa de entrevista, em estúdio, com 30 (trinta) minutos de duração com documentos que comprovem o vínculo dos profissionais da CONTRATADA envolvidos na produção;
- c) Produção de programa no formato de Revista Eletrônica, em estúdio e externas, com 30 (trinta) minutos de duração com documentos que comprovem o vínculo dos profissionais da CONTRATADA envolvidos na produção;
- d) Produção de vídeo de caráter documental com pelo menos 15 min. e duração, com documentos que comprovem o vínculo dos profissionais da CONTRATADA envolvidos na produção;
- e) Transmissão de evento “on line”, com duração mínima de 60 minutos, com equipamento de captação de imagens e transmissão com 3 câmeras e switcher; com documentação que comprove o vínculo dos profissionais da CONTRATADA envolvidos na produção.

16.1.1.2.2.1. A Licitante declarada vencedora deverá obrigatoriamente entregar os documentos comprobatórios de vínculo dos funcionários juntamente com a produção apresentada, bem como o atestado de veiculação emitido e assinado pelo veículo ou plataforma de difusão, contendo o período de veiculação.

16.1.1.2.3. As amostras deverão obrigatoriamente ser apresentadas na seguinte mídia: 1 (um) pen drive com identificação, cada produto audiovisual com a devida claquete, com os nomes dos profissionais envolvidos e comprovação de vínculo com a Licitante, no formato FULL HD 1080 – H264, roteiros das matérias jornalística em PDF;

16.1.1.2.4. As amostras deverão ser entregues na sede do Crea-SP, em envelope com indicação do número desta licitação, o CNPJ e o nome ou a razão social da licitante, conforme prazo estabelecido.

16.1.1.2.5. A análise do material e documentos comprobatórios será realizada pela unidade requisitante no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a data de recebimento da amostra (portfólio);



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

- 16.1.1.2.6.** Na hipótese de aprovação da amostra (portfólio) pelo Crea-SP, será procedida a adjudicação do objeto do certame à licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar.
- 16.1.1.2.7.** Na ausência de qualquer um dos materiais e documentos mencionados, a Licitante estará automaticamente desclassificada, e se dará a continuidade no Certame, em dia e horários a serem definidos.
- 16.1.1.2.8.** Não havendo aprovação da amostra (portfólio), a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar será desclassificada e convocadas as licitantes remanescentes, em sessão pública, respeitada a ordem de classificação, para exame das condições de habilitação e declaração de nova vencedora, observando-se, no caso, as disposições contidas neste.

16.2. Critérios de Seleção

16.2.1. Critérios Gerais

- 16.2.1.1.** As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 16.2.1.2.** Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 16.2.1.3.** O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

16.2.2. Subcontratação

- 16.2.2.1.** É permitida a subcontratação parcial do objeto em conformidade com o Inciso II do artigo 48 da Lei Complementar nº 123/2006, nas seguintes condições:
- 16.2.2.1.1.** É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação;
- 16.2.2.1.2.** A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.
- 16.2.2.2.** Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
- 16.2.2.3.** São vedadas:
- 16.2.2.3.1.** a subcontratação de microempresas e empresas de pequeno porte que estejam participando da licitação; e
- 16.2.2.3.2.** a subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte que tenham um ou mais sócios em comum com a empresa contratante.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

16.2.3. Formação de Consórcio

16.2.3.1. Não será permitida a formação de Consórcio.

16.2.4. Alteração Subjetiva

16.2.4.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16.2.5. Garantia Contratual

16.2.5.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, uma vez que após a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares constatou-se a baixa probabilidade de inexecução contratual

17. PROCEDIMENTOS PARA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES

17.1. Sanções Aplicáveis

	Evento	Ocorrência	Sanção/Multa
1	Atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.	1	0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado
2	Atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida.	1	0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado
3	Inexecução total da obrigação assumida.	1	0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado
4	Conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2.	1	0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato

17.2. Sanções Administrativas

17.2.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

- 17.2.1.1.** falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- 17.2.1.2.** ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 17.2.1.3.** fraudar na execução do contrato;
- 17.2.1.4.** comportar-se de modo inidôneo; ou
- 17.2.1.5.** cometer fraude fiscal.
- 17.2.2.** Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 17.2.2.1.** **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- 17.2.2.2.** **Multa** para os casos descritos no item 17.1 deste Termo de Referências.
- 17.2.2.2.1.** As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 17.2.2.3.** Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 17.2.2.4.** Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
- 17.2.3.** A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem 17.2.2.4 também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.
- 17.2.4.** As sanções previstas nos subitens 17.2.2.1, 17.2.2.3 e 17.2.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 17.2.5.** Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01

17.2.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

17.2.6.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

17.2.6.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

17.2.6.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

17.2.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

17.2.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

17.2.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

17.2.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

- 17.2.10.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 17.2.11.** Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 17.2.12.** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 17.2.13.** O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 17.2.14.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

18. ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA

18.1. MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS